

Via Varejo S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”) atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com”, “casasbahia.com”, “extra.com.br” e “barateiro.com”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos “VVAR3”, “VVAR4” e “VVAR11” e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon como controlador através de suas *holdings*.

As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9(b).

a) Reorganização societária das operações de comércio eletrônico

A Companhia teve sua participação societária nas operações de comércio eletrônico no Brasil reorganizada no ano de 2016, passando a operar os sites da Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova Brasil”) de forma conjunta com suas lojas físicas a partir de 31 de outubro de 2016, portanto, os valores consolidados da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, contemplam o resultado da Cnova Brasil a partir da reorganização societária. Vide detalhes na nota explicativa nº 25.

b) Ofício CVM

Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira.

A Companhia apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém definiu atender o item (i) do Ofício CVM. Desta forma as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas em 27 de julho de 2016.

Com relação ao item (ii) acima, em 24 de abril de 2017 a Companhia recebeu uma manifestação definitiva do Colegiado da CVM acatando o recurso apresentado. Desta forma não há nenhum efeito a ser considerado relacionado a esse item.

Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2018.

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em 31 de dezembro de 2017.

Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Em 2017, a Companhia passou a aplicar as alterações à IAS 12 – Impostos sobre receitas e IAS 7 – Fluxo de caixa, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A aplicação dessas revisões e interpretações não resultou em impactos relevantes nas divulgações ou demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

(i) CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituirá o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018. Entre as alterações apresentadas, os maiores impactos são:

- Contabilização de *hedge accounting*;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros e;
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

Hedge accounting

As mudanças apresentadas referem-se à possibilidade de proteção de risco de itens financeiros e não financeiros, além de alterações na forma de documentar o *hedge*. Não identificamos qualquer impacto em mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia derivado deste item da nova norma.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Identifica dois critérios que devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros. Os ativos deverão ser classificados em (i) valor justo contra o resultado, (ii) valor justo contra outros resultados abrangentes ou (iii) custo amortizado. A Companhia não terá qualquer efeito a registrar a partir da adoção da norma em seus instrumentos financeiros, exceto para as contas a receber relacionadas às “Administradoras de cartão de crédito”, que será classificado como “valor justo contra outros resultados abrangentes”, sendo o seu valor ajustado a cada data de balanço, porém sem efeitos significativos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes com base em 12 meses ou por toda a vida.

Atualmente as perdas estimadas das contas a receber de clientes são apuradas pelo critério de perda incorrida. A nova norma determina que o critério utilizado seja o de perda esperada. A norma também indica que carteiras com características distintas podem ter avaliação distinta, além de indicar duas abordagens: 3 estágios e simplificada. Com isso, a Companhia passará a estimar as perdas de cada carteira considerando o histórico de cada uma das carteiras, e também em indicadores externos aplicáveis a cada uma delas. Nossa principal carteira de recebíveis é a carteira de Financiamento a clientes – CDCI, para a qual utilizaremos a abordagem simplificada utilizando uma matriz de provisão. Para as demais carteiras a Companhia também utilizou a abordagem simplificada, com métodos específicos para cada carteira. Em 31 de dezembro de 2017 a perda estimada nestas carteiras é de R\$461 e a adoção do CPC 48 aumentará a provisão para perdas em R\$163, além de um ativo fiscal diferido de R\$40, ambos os efeitos registrados no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2018.

(ii) CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

Implementa um modelo com base em princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida e introduz novas divulgações.

A Via Varejo, como uma Companhia varejista que atua em vendas em lojas físicas e no comércio eletrônico, identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações significativas.

Com base nas avaliações realizadas, os resultados da Companhia não apresentarão impactos relevantes na adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

(iii) CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações

Em junho de 2016 o IASB emitiu um *amendment* ao IFRS 2 – *Share-based Payment*, com principal objetivo alterar a classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações. Em outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis considerou os impactos desse *amendment* em sua Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2018.

O pronunciamento determina, entre outros, que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um passivo atualizado a valor justo, na rubrica de Tributos a pagar, no montante de R\$9 referente a provisão da retenção a ser transferida em caixa para a autoridade fiscal quando do exercício dos programas de pagamento baseado em ações com característica de liquidação pelo líquido. A norma estabelece que a Companhia deve reclassificar o valor contábil do passivo de pagamento baseado em ações para o patrimônio líquido na data em que aplicar pela primeira vez as alterações sem necessidade de correção dos períodos anteriores.

(iv) CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leasing*, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento exige, entre outros, que os arrendatários reconheçam os arrendamentos nos seus balanços patrimoniais, refletindo o seu direito de usar um ativo durante um determinado período e o passivo associado para refletir as obrigações. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a amortização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com sua respectiva vida útil.

A Companhia utiliza substancialmente, em sua operação, imóveis arrendados de terceiros referentes a lojas físicas, centros de distribuição, entrepostos e imóveis administrativos. Considerando o grande volume de arrendamentos, a Companhia está em fase de implantação de um módulo em seu sistema contábil para auxiliar no controle e registro adequado dessas transações.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes a aplicação desse pronunciamento não foram razoavelmente estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

(v) CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - *Income Taxes*, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Até o momento a Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma.

c) Políticas contábeis gerais

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas;
- Instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado: empréstimos em moeda estrangeira e derivativo;
- Outros passivos financeiros: fornecedores, fornecedores convênio, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração de resultado.

A Companhia possui um convênio com instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluiu-se que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discrição do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e para os quais há custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram registrados na rubrica “Fornecedores convênio” e estão descritas na nota explicativa nº 3 (f)(i).

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos empréstimos com objeto de *hedge* e do *swap* é mensurado através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo é desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa. Para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

3. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.802 | 3.938 | 3.559 | 4.030 |
| Contas a receber | 3.440 | 2.616 | 4.189 | 2.964 |
| Partes relacionadas | 1.069 | 1.028 | 539 | 681 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | (5.590) | (4.230) | (7.726) | (5.618) |
| Fornecedores convênio | (437) | (489) | (437) | (489) |
| Empréstimos e financiamentos | (3.607) | (3.174) | (3.616) | (3.209) |
| Partes relacionadas | (258) | (246) | (139) | (189) |
| Repasse a terceiros | (398) | (358) | (446) | (382) |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | (253) | (583) | (730) |

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a redução do percentual do CDI, uma vez que o saldo total das aplicações financeiras excedeu o saldo dos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil referenciadas ao CDI indexados a mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Concomitantemente, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na BM&FBovespa para as datas de vencimento das operações, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 6,71% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumentos na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

| Operações | Risco | Consolidado | Análise de sensibilidade | | |
|--|----------------|---------------------|--------------------------|------------|-------------|
| | | Saldo em 31.12.2017 | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Aplicações financeiras | Redução do CDI | 3.304 | 216 | 162 | 108 |
| Empréstimos bancários (*) | Redução do CDI | (50) | (2) | (2) | (1) |
| Arrendamento mercantil (*) | Redução do CDI | (3) | - | - | - |
| Impacto no ganho líquido no resultado | | | 214 | 160 | 107 |

(*) Não inclui os contratos de empréstimos CDCI e determinados contratos de arrendamento mercantil financeiro por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitos a risco de variação. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Instrumento financeiro derivativo

As políticas de tesouraria da Companhia não permitem contratações de instrumentos derivativos para quaisquer fins de: *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, obteve junto ao banco HSBC France, um empréstimo em moeda nacional com taxas pré-fixadas no valor de R\$310 mediante a realização de um contrato de *swap* com taxas de juros referenciadas ao CDI, conforme quadro abaixo:

| | Contraparte | Na data da contratação | Data de contratação | Data de vencimento | Consolidado |
|------------------------------|-------------|------------------------|---------------------|--------------------|------------------------|
| | | Valor referência | | | Valor justo 31.12.2017 |
| Empréstimo em moeda nacional | HSBC | (310) | 15/05/2017 | 18/05/2018 | (317) |
| | | (310) | | | (317) |
| <u>Contratos de swap</u> | | | | | |
| Posição ativa | | 310 | | | 317 |
| Posição passiva | | (310) | | | (313) |
| Posição swap líquida | | - | | | 4 |

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 31 de dezembro de 2017.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no “Resultado financeiro líquido” e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo é registrado nas rubricas “Outros ativos” e “Outros passivos”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o ganho reconhecido no contrato de *swap* de taxa de juros foi de R\$4.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado até o vencimento do contrato decorrentes dos riscos de flutuação de taxas de juros, foi elaborada uma análise de sensibilidade da exposição da Companhia ao risco da taxa de juros do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários. No cenário I foi considerado a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo que foi obtida na BM&FBovespa de 6,46% a.a. Nos cenários II e III foram projetados a taxa de juros com aumento de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros do instrumento financeiro derivativo demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

| Operação | Risco | Consolidado Saldo em 31.12.2017 | Análise de sensibilidade | | |
|---|----------------|---------------------------------------|--------------------------|------------|-------------|
| | | | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Contrato de <i>Swap</i> - posição passiva (*) | Redução do CDI | (313) | (9) | (6) | (4) |
| Impacto de perda no resultado | | | (9) | (6) | (4) |

(*) Não inclui o contrato de empréstimos em moeda nacional e a ponta ativa do *swap* por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitas ao risco de variação.

iii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia quitou determinados empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) durante o primeiro semestre de 2017, e em agosto de 2017 captou um novo contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) com taxas de juros pré-fixadas. Desta forma, a Companhia está exposta somente ao risco de variação cambial pela dívida contraída. A Companhia faz uso de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI.

A Companhia e suas controladas mantêm um empréstimo em moeda estrangeira ativo totalmente protegido por contratos de *swap*, conforme descrição abaixo:

| | Contraparte | Na data da contratação | | Data de contratação | Data de vencimento | Consolidado | |
|---|-------------|------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | Valor referência USD milhões | Valor referência R\$ | | | Valor justo R\$ 31.12.2017 | Valor justo R\$ 31.12.2016 |
| Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>) | Citibank | (50) | (154) | 10/04/2015 | 10/04/2017 | - | (162) |
| | Citibank | (30) | (92) | 14/04/2015 | 17/04/2017 | - | (97) |
| | Santander | (47) | (190) | 22/02/2016 | 16/02/2017 | - | (157) |
| | Safr | (75) | (244) | 22/07/2016 | 02/05/2017 | - | (251) |
| | Santander | (80) | (250) | 07/08/2017 | 06/08/2018 | (266) | - |
| | | (282) | (930) | | | (266) | (667) |
| Contratos de <i>swap</i> | | | | | | | |
| Posição ativa | | 282 | 930 | | | 266 | 666 |
| Posição passiva | | (282) | (930) | | | (253) | (729) |
| Posição <i>swap</i> líquida | | - | - | | | 13 | (63) |

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas e apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto durante a sua vigência e até a sua liquidação.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre estes contratos de *swap* foram registrados no “Resultado financeiro líquido” e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo foi registrado nas rubricas “Outros ativos” e “Outros passivos”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a perda reconhecida nos contratos de *swap* de moeda estrangeira foi de R\$35 (perda de R\$147 em 31 de dezembro de 2016).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários.

Para o contrato do Santander no cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo foi obtida na BM&FBovespa, cuja taxa foi de 6,52% a.a.; e (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,38 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa para a data de vencimento do contrato. Nos cenários II e III, foram projetados o CDI e dólar com incremento de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro de análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

| Operação | Risco | Saldo em 31.12.2017 | Análise de sensibilidade | | |
|---|----------------------------|------------------------|--------------------------|------------|-------------|
| | | | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
| Dívida em USD | Valorização do dólar (USD) | (266) | (9) | (78) | (147) |
| Swap (ponta ativa em USD) | Valorização do dólar (USD) | 266 | 11 | 80 | 149 |
| Swap (ponta passiva em USD) | Redução do CDI | (253) | (11) | (8) | (6) |
| Impacto líquido comparado com o saldo contábil | | | (9) | (6) | (4) |

d) Riscos de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

| | 31.12.2017 | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------|------------------|--------------|-------------------|------------------|---------------|
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | Menos de 1 ano | De 1 a 5 anos | Total | Menos de 1 ano | De 1 a 5 anos | Total |
| Fornecedores | 5.590 | - | 5.590 | 7.726 | - | 7.726 |
| Fornecedores convênio | 438 | - | 438 | 438 | - | 438 |
| Empréstimos e financiamentos | 3.319 | 327 | 3.646 | 3.950 | 349 | 4.299 |
| Instrumentos derivativos | - | - | - | (9) | - | (9) |
| Arrendamento mercantil financeiro | 27 | 88 | 115 | 31 | 88 | 119 |
| | 9.374 | 415 | 9.789 | 12.136 | 437 | 12.573 |

e) Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha com *ratings* superiores a AA+ (ou código equivalente) em moeda local concedidos pelas agências de classificação de risco de crédito Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de intervenção com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme a política contábil da Companhia descrita na nota explicativa nº 5(a) e os saldos dessas estimativas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

| | Consolidado | | | |
|-------------------------------|-------------|----------|------------|----------|
| | 31.12.2017 | | 31.12.2016 | |
| | Com CDCI | Sem CDCI | Com CDCI | Sem CDCI |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.559 | 3.559 | 4.030 | 4.030 |
| Empréstimos e financiamentos | (4.199) | (733) | (3.939) | (937) |
| Fornecedores convênio (i) | (437) | (437) | (489) | (489) |

- (i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (15,31% a.a. em 31 de dezembro de 2016). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

| | 31.12.2017 | | | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Custo amortizado | | | | |
| Financiamento ao consumidor - CDCI (i) | 2.382 | 2.489 | 2.382 | 2.489 |
| Administradoras de cartões de crédito (ii) | 1.161 | 1.112 | 1.639 | 1.575 |
| Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii) | (3.466) | (3.486) | (3.466) | (3.486) |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Contratos de <i>swap</i> (ii) | - | - | 17 | 17 |
| Empréstimos e financiamentos – moeda nacional e estrangeira (ii) | - | - | (583) | (583) |

- (i) Os contratos de financiamento ao consumidor - CDCI são classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo a Companhia utilizou como premissa o resultado médio das operações de CDCI sobre a carteira média de recebíveis do CDCI dos últimos 12 meses, a expectativa de perdas, bem como a taxa média dos contratos em aberto.
- (ii) Os contratos de *swap* e os empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de administradoras de cartões de crédito.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

| | Taxa média ponderada | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Caixa e contas bancárias | | 239 | 120 | 255 | 175 |
| Aplicações financeiras comprometidas | 97,75% do CDI a.a. | 2.557 | 3.756 | 3.295 | 3.793 |
| Aplicações financeiras automáticas | 9,98% do CDI a.a. (i) | 6 | 62 | 9 | 62 |
| | | 2.802 | 3.938 | 3.559 | 4.030 |

- (i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

5. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados com Contas a Receber referem-se às atividades operacionais da empresa, ou seja, venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber são reconhecidos na rubrica "Outras contas a receber".

Os saldos de contas a receber são registrados pelo valor de venda, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros, e deduzindo a perda do valor recuperável, conforme métodos explicados abaixo.

A Companhia utiliza duas fórmulas distintas para avaliação das perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa: (i) para o Contas a Receber de financiamento ao consumidor CDCI, a métrica que a Companhia julga suficiente para as perdas estimadas consiste em uma análise histórica dos últimos 24 meses, comparando a carteira de clientes, o faturamento líquido e as inadimplências ocorridas; (ii) para os demais Contas a Receber, a Companhia reconhece Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") sobre títulos vencidos há mais de 180 dias, ou quando o cliente não tem solvência.

b) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 30.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Administradoras de cartões de crédito (i) | 1.161 | 543 | 1.639 | 695 |
| Financiamento ao consumidor - CDCI (ii) | 2.382 | 2.138 | 2.382 | 2.138 |
| Contas a receber - B2B (iii) | - | - | 308 | 213 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (378) | (310) | (461) | (364) |
| Outras contas a receber | 275 | 245 | 321 | 282 |
| | 3.440 | 2.616 | 4.189 | 2.964 |
| Circulante | 3.241 | 2.438 | 3.988 | 2.782 |
| Não circulante | 199 | 178 | 201 | 182 |

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia, foi realizada a venda parcial dos recebíveis com as operadoras de cartões de crédito ou banco. O prazo médio de recebimento das vendas é de 4 meses.

(ii) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses sendo o prazo médio de 13 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 12(a)(i)).

(iii) Refere-se a vendas realizadas diretamente a pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Saldo no início do exercício | (310) | (253) | (364) | (253) |
| Reorganização societária (nota 25) | - | - | - | (43) |
| Perda estimada registrada no exercício | (609) | (556) | (717) | (573) |
| Baixas de contas a receber | 541 | 499 | 620 | 505 |
| Saldo no fim do exercício | (378) | (310) | (461) | (364) |
| Circulante | (351) | (288) | (434) | (342) |
| Não circulante | (27) | (22) | (27) | (22) |

- d) Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

| | | Aging das contas a receber – Controladora | | | | | |
|-------------------------------|--|--|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | | Total | A vencer | ≤ 30 dias | 31-60 dias | 61-90 dias | >91 dias |
| 31 de dezembro de 2017 | | 3.818 | 3.582 | 109 | 47 | 34 | 46 |
| 31 de dezembro de 2016 | | 2.926 | 2.705 | 102 | 45 | 31 | 43 |

| | | Aging das contas a receber – Consolidado | | | | | |
|-------------------------------|--|---|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | | Total | A vencer | ≤ 30 dias | 31-60 dias | 61-90 dias | >91 dias |
| 31 de dezembro de 2017 | | 4.650 | 4.306 | 163 | 62 | 45 | 74 |
| 31 de dezembro de 2016 | | 3.328 | 3.019 | 135 | 54 | 35 | 85 |

6. Estoques

- a) Política contábil

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

- b) Estimativas e premissas contábeis críticas

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e (iii) custo do estoque.

- c) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Lojas | 1.681 | 1.508 | 1.681 | 1.508 |
| Centrais de distribuição | 1.753 | 1.063 | 2.784 | 1.633 |
| Almoxarifado | 13 | 10 | 14 | 12 |
| Estimativa de perda ao valor realizável líquido | (59) | (41) | (100) | (99) |
| | 3.388 | 2.540 | 4.379 | 3.054 |

- d) Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Saldo no início do exercício | (41) | (30) | (99) | (32) |
| Reorganização societária (nota 25) | - | - | - | (66) |
| Adições | (79) | (96) | (86) | (102) |
| Perdas realizadas | 61 | 85 | 85 | 101 |
| Saldo no fim do exercício | (59) | (41) | (100) | (99) |

7. Tributos a recuperar

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por Estado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia reavaliou as expectativas de realização tendo como base nas alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

Para os créditos de ICMS a recuperar, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, considerando a expectativa futura de crescimento médio de 6,5% a.a. para o período de monetização, e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados periodicamente com base em informações extraídas principalmente do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência do plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo eventuais novos elementos que contribuem para a realização do saldo conforme esperado.

b) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| ICMS a recuperar (i) | 2.035 | 1.920 | 2.295 | 2.154 |
| PIS e COFINS a recuperar (ii) | 240 | 452 | 561 | 634 |
| INSS a recuperar | 35 | 33 | 41 | 33 |
| ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i) | 3 | 4 | 4 | 5 |
| Outros | 15 | 42 | 43 | 72 |
| | <u>2.328</u> | <u>2.451</u> | <u>2.944</u> | <u>2.898</u> |
| Circulante | 181 | 401 | 219 | 581 |
| Não circulante | 2.147 | 2.050 | 2.725 | 2.317 |

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

| Em 31 de dezembro de 2017 | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| 2018 | 73 | (32) |
| 2019 | 186 | 248 |
| 2020 | 212 | 280 |
| 2021 | 233 | 303 |
| 2022 | 250 | 292 |
| 2023 até 2027 | 1.084 | 1.208 |
| | <u>2.038</u> | <u>2.299</u> |

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A controlada Cnova Brasil desreconheceu em 2017 um ativo no montante de R\$77 referente a ICMS, devido a decadência de prazo. Não há outros saldos com possibilidade de decadência.

(ii) A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

| <u>Em 31 de dezembro de 2017</u> | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|----------------------------------|---------------------|--------------------|
| 2018 | 94 | 94 |
| 2019 | 146 | 467 |
| | <u>240</u> | <u>561</u> |

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações das legislações que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre os quais são calculados.

A Companhia manteve em 2016 e 2017 a aplicação do benefício fiscal que reduziu a zero a alíquota de PIS e COFINS sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos eletrônicos (Lei do Bem ou MP 690/2014 convertida na Lei 13.241/15), registrado como redutor dos impostos sobre vendas, sendo que em 2016 reconheceu o efeito integralmente no quarto trimestre.

Decisão do STF sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF, ocorrido em 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo respeitando a decisão do STF. O impacto deste tema na rubrica de receita de vendas de mercadorias e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao montante de R\$182. Adicionalmente, a Companhia, concluiu que há um ativo relativo aos créditos do período reclamado anterior ao julgamento, desde 2010.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a decisão do STF e sua possível modulação, porém seus assessores estimam que a decisão da aplicação dos efeitos não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia. Na melhor estimativa da Administração, os efeitos de tais créditos a partir de 2010 até fevereiro de 2017 totalizam aproximadamente R\$953, incluindo atualização monetária e honorários a serem pagos a advogados, considerando que, na data de elaboração dessa demonstração financeira, o registro de tais créditos é provável, mas não praticamente certo, portanto não foram registrados e estão sendo divulgados.

8. Partes relacionadas

| | Ativo (Passivo) | | | | Receita (Despesa) | | | |
|--|-----------------|------------|-------------|------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | |
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Controlador | | | | | | | | |
| Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f) | 195 | 229 | 177 | 226 | (19) | (12) | (21) | (13) |
| Controladas | | | | | | | | |
| Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b), (e) (*) | (37) | 63 | - | - | (537) | (526) | - | - |
| Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d) | (9) | - | - | - | (2) | (2) | - | - |
| VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (b) (e) (*) | 4 | 7 | - | - | (204) | (116) | - | - |
| Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (b), (d), (e), (g) | 444 | 255 | - | - | 186 | 58 | - | - |
| Coligadas | | | | | | | | |
| Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a) | (5) | (63) | (5) | (64) | - | (14) | (4) | (16) |
| Cnova Comércio Eletrônico S.A. (**) (d), (g) | - | - | - | - | - | 131 | - | 144 |
| Outras | | | | | | | | |
| Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f) | 219 | 291 | 228 | 331 | (295) | (270) | (302) | (276) |
| Viaw Consultoria Ltda. (h) | - | - | - | - | - | (1) | - | (1) |
| Cdiscount Group S.A.S. | - | - | - | (1) | - | - | - | - |
| Cnova N.V. (nota 12(b)(ii)) | - | - | - | - | - | - | - | (14) |
| Cnova Finança B.V. (nota 12(b)(ii)) | - | - | - | - | - | - | - | (2) |
| | 811 | 782 | 400 | 492 | (871) | (752) | (327) | (178) |
| Ativo - partes relacionadas | | | | | | | | |
| Circulante | 664 | 517 | 124 | 132 | | | | |
| Não circulante | 405 | 511 | 415 | 549 | | | | |
| Passivo - partes relacionadas | | | | | | | | |
| Circulante | (258) | (246) | (139) | (188) | | | | |
| Não circulante | - | - | - | (1) | | | | |

(*) Em 2017 a Companhia passou a apresentar os saldos de compra e venda com partes relacionadas líquido de impostos. Dessa forma os saldos de 2016 foram alterados para melhor comparabilidade.

(**) Trata-se do saldo não eliminado referente ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2016 em que a Cnova Brasil não era controlada pela Via Varejo. Mais informações na nota explicativa nº 1(a).

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") de crédito, financiamento e investimento

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (Despesa)" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na linha de receita de serviços na demonstração do resultado da Companhia.

Adicionalmente, a FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$147 (R\$87 em 31 de dezembro de 2016). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" demonstrada na nota explicativa nº 5(b), em "Administradoras de cartões de crédito".

A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R\$26 (R\$23 em 31 de dezembro de 2016) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

Em 01 de novembro de 2016, a Via Varejo adquiriu o direito de exclusividade para a oferta de Seguros nas lojas Ponto Frio pelo montante de R\$65, liquidado em janeiro de 2017.

b) Contratos de mútuos com controladas

Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

| | Percentual do CDI | |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| VVLog Logística Ltda. | 105,0% | 105,0% |
| Indústria de Móveis Bartira Ltda. | - | 105,0% |
| Cnova Comércio Eletrônico S.A. | 105,0% | - |

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD")

A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel e avalista em um contrato de prestação de serviço, além do reembolso de despesas com pessoal e aluguel entre as partes.

A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$47 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$42 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

A CBD realiza a contratação de seguros para todas as empresas do grupo econômico, e solicita o reembolso dos custos por esta negociação. O montante da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$21 (R\$1 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a CBD realizou pagamentos de determinadas demandas judiciais cíveis e trabalhistas de Cnova Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Cnova Brasil ressarciu o montante de R\$26 para CBD relativo a estas demandas judiciais (R\$63 em 28 de dezembro de 2016).

d) Operações de aluguéis e prestação de serviço

A Companhia realizou operações de aluguel, compartilhamento de suas Centrais de Distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 303 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial ("CB"), conforme Acordo de Associação entre Via Varejo, CBD e CB, com o saldo a pagar de R\$26 em 31 de dezembro de 2017 (R\$24 em 31 de dezembro de 2016).

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

A Companhia efetuou operações de compra de mercadorias com a Bartira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$537 (R\$536 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), venda de mercadorias a preço de custo para Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$242 (R\$176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), compra de mercadorias da Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$9 (R\$5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e a contratação de serviços de frete com a VVLog no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$208 (R\$120 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD recebendo uma comissão por essa intermediação, no montante de R\$39 (R\$25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

f) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB

Em 2010 foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD e CB que, dentre outros direitos, garantiu à Via Varejo o direito de ser indenizada a título de perdas e danos, por CBD e CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas, ocorridas a partir de 30 de junho de 2010, mas que eram relativas à fatos ou atos sob responsabilidade dos antigos controladores das empresas constantes do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, ao findar o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, ocorrida no dia 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos a constituição de indenização relativa às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos à tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um "Termo de Acordo" com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências potenciais; e (iii) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências potenciais. O Termo de Acordo foi aprovado posteriormente pelos Conselhos de Administração da Companhia e de CBD em 24 de julho de 2017.

A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos acionistas de CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade deles, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Como resultado deste Termo de Acordo:

- A Companhia e CB compensaram valores devidos a cada parte, tendo um saldo remanescente de R\$13 a ser pago por CB à Companhia durante o exercício de 2018.
- A Companhia reconheceu em suas informações contábeis no semestre findo em 30 de junho de 2017, na rubrica "outras receitas e despesas operacionais", uma despesa de R\$97 decorrente dos critérios estabelecidos no Termo de Acordo para apuração de responsabilidades de cada parte para reembolso das perdas indenizáveis.

No Termo de Acordo foi definido ainda a realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve reportar as perdas e danos incorridos, a serem potencialmente indenizados pela outra parte. O Termo de Acordo também prevê que divergências entre as partes sobre eventuais valores devidos a título de perdas e danos que não sejam resolvidos de forma amigável conforme procedimentos definidos no Termo de Acordo, poderão ser solucionadas por meio de arbitragem.

Durante o segundo semestre de 2017, a Companhia apresentou o montante de R\$81 para ser indenizada por CB, conforme previsto no Termo de Acordo, que, por sua vez, apresentou o valor de R\$88 de indenizações a receber da Companhia. Pelo modelo de governança estabelecido no Termo de Acordo, a Companhia e CB estão em fase de avaliação da documentação apresentada para subsequente compensação ou pagamento de valores efetivamente devidos.

Desta forma, o saldo total de contas a receber de R\$254 mantido pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, refere-se substancialmente ao direito da Companhia em ser indenizada pelas contingências potenciais que eventualmente poderão ser desembolsadas pela Companhia e, posteriormente, reembolsadas por CB, conforme procedimentos previstos no Termo de Acordo.

g) Cnova Brasil

Em 31 de outubro de 2016, como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1(a), a Cnova Brasil passou a ser controlada por Via Varejo, momento a partir do qual as transações de resultado ocorridas estão demonstradas na rubrica "Controladas".

h) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para a prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia, cujo contrato foi encerrado em 2016. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

i) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

| | 31.12.2017 | | |
|---|----------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| | Benefícios de curto prazo | Remuneração baseada em ações | Total (*) |
| Diretoria | 31 | 9 | 40 |
| Conselho de Administração e Conselho Fiscal | 2 | - | 2 |
| | 33 | 9 | 42 |

(*) Devido a superação das metas pela Companhia no exercício, foi reconhecida uma provisão acima do montante de R\$36 aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2017. A proposta para pagamento do valor excedente ao montante já aprovado será submetida a Assembleia Geral, que ocorrerá após a divulgação destas demonstrações financeiras.

| | 31.12.2016 | | |
|---|----------------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | Benefícios de curto prazo | Remuneração baseada em ações | Total |
| Diretoria | 27 | 3 | 30 |
| Conselho de Administração e Conselho Fiscal | 3 | - | 3 |
| | 30 | 3 | 33 |

9. Investimentos

a) Política Contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição de controlada.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participações societárias

| Investimentos | 31.12.2017 | | 31.12.2016 | |
|--|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Participação direta | Participação indireta | Participação direta | Participação indireta |
| Controladas | | | | |
| Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE") | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| VVLog Logística Ltda. ("VVLog") | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC") | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") | 100,00% | - | 100,00% | - |
| E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub") | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Nova Experiência Pontocom S.A. | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Via Varejo Luxembourg Holding S.à r.l. | - | 100,00% | 100,00% | - |
| Via Varejo Netherlands Holding B.V. | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Coligadas | | | | |
| Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") | - | 14,24% | - | 14,24% |
| Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") | - | 50,00% | - | 50,00% |
| FIC Promotora de Vendas Ltda. | - | 14,24% | - | 14,24% |

c) Saldos e movimentação

| | Controladora | | | | | | |
|---|-----------------------|--------|------------------------|---------|------|--------|---------|
| | Cnova N.V. (ii) | VVPart | Cnova Brasil (*) | Bartira | Lake | Outros | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (225) | - | - | 729 | 121 | 76 | 701 |
| Equivalência patrimonial | (217) | - | 28 | (25) | 30 | 3 | (181) |
| Reorganização societária (nota 25) | - | - | (1.355) | - | - | - | (1.355) |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (8) | - | (8) |
| Aumento de capital | - | 392 | 437 | - | - | - | 829 |
| Ajustes de conversão | 50 | - | - | - | - | - | 50 |
| Pagamento relativo à reorganização societária (nota 25) | - | - | (47) | - | - | - | (47) |
| Aporte de passivos (nota 25) | 392 | (392) | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | - | (937) | 704 | 143 | 79 | (11) |
| Equivalência patrimonial | - | - | (219) | (29) | 22 | 7 | (219) |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (76) | - | (76) |
| Aumento de capital | - | - | 874 | 102 | - | - | 976 |
| Transações de capital (iii) | - | - | (84) | - | - | - | (84) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | - | - | (366) | 777 | 89 | 86 | 586 |

(*) Em 31 de dezembro de 2017 a controladora Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$366 (R\$937 em 31 de dezembro de 2016) para a controlada Cnova Brasil.

| | Consolidado | | | Total |
|--|-------------|----------|-----------------|-------|
| | FIC (i) | BINV (i) | Cnova N.V. (ii) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 103 | 19 | (225) | (103) |
| Equivalência patrimonial | 29 | 1 | (217) | (187) |
| Ajustes de conversão | - | - | 50 | 50 |
| Distribuição de dividendos | (8) | - | - | (8) |
| Reorganização societária (nota 25) | - | - | 392 | 392 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 124 | 20 | - | 144 |
| Equivalência patrimonial | 25 | 1 | - | 26 |
| Distribuição de dividendos e JCP | (81) | - | - | (81) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 68 | 21 | - | 89 |

(i) FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. Atualmente, o BINV encontra-se em fase não operacional. A Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, através de participação no Conselho de Administração das associadas. A participação no capital votante total da FIC e do BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

(ii) Cnova N.V.

Como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 25, Cnova N.V. deixou de ser coligada em 31 de outubro de 2016.

(iii) Transações de capital

Refere-se ao crédito de prejuízo fiscal de Cnova Brasil transferido para Via Varejo sem custo financeiro. Mais detalhes sobre essa transação estão descritos na nota explicativa nº14(c)(ii).

d) Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações da coligada que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

| Balanco patrimonial | FIC | |
|------------------------------------|------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Ativo circulante | 4.621 | 3.918 |
| Ativo não circulante | 69 | 44 |
| Ativo total | 4.690 | 3.962 |
| Passivo circulante | 4.026 | 2.876 |
| Passivo não circulante | 11 | 15 |
| Patrimônio líquido (*) | 653 | 1.071 |
| Total passivo e patrimônio líquido | 4.690 | 3.962 |
| Demonstração do resultado | | |
| Receitas | 988 | 1.012 |
| Resultados operacionais | 321 | 344 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 178 | 202 |

(*) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

10. Imobilizado

a) Política contábil

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado inicialmente pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica “Custo das mercadorias e serviços vendidos”. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

| Categoria de ativos | Vida útil média ponderada estimada em anos |
|--------------------------------------|---|
| Edifícios | 40 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 19 |
| Máquinas e equipamentos | 11 |
| Equipamentos de informática | 5 |
| Instalações | 12 |
| Móveis e utensílios | 13 |
| Veículos | 4 |

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, onde o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor contábil. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. No caso do ativo imobilizado, a perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") são suas lojas, individualmente, e testa o ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado nas seguintes etapas:

- Compara-se o valor residual das UGC's com um múltiplo de venda representativo das transações entre empresas do segmento (no caso 30%). As UGC's que apresentarem resultado do múltiplo inferior aos ativos seguem para a próxima etapa;
- Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC's devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

| | Controladora | | | | | |
|--|---------------------|-----------------------|--------------|---------------------|-----------------------|--------------|
| | Saldo em 31.12.2017 | | | Saldo em 31.12.2016 | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Terrenos | 12 | - | 12 | 12 | - | 12 |
| Edifícios | 18 | (9) | 9 | 18 | (9) | 9 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 920 | (274) | 646 | 913 | (237) | 676 |
| Máquinas e equipamentos | 148 | (78) | 70 | 156 | (68) | 88 |
| Equipamentos de informática | 351 | (242) | 109 | 317 | (208) | 109 |
| Instalações | 133 | (66) | 67 | 166 | (78) | 88 |
| Móveis e utensílios | 240 | (96) | 144 | 191 | (57) | 134 |
| Veículos | 5 | (4) | 1 | 15 | (7) | 8 |
| Imobilizado em andamento | 118 | - | 118 | 38 | - | 38 |
| Outros | 39 | (24) | 15 | 39 | (18) | 21 |
| | 1.984 | (793) | 1.191 | 1.865 | (682) | 1.183 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 155 | (146) | 9 | 156 | (143) | 13 |
| | 2.139 | (939) | 1.200 | 2.021 | (825) | 1.196 |

| | Controladora | | | | | |
|--|---------------------|------------|-------------|--------------|--------------------|---------------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | Adições | Baixas | Depreciações | Transferências (i) | Saldo em 31.12.2016 |
| Terrenos | 12 | - | - | - | - | 12 |
| Edifícios | 22 | - | - | (1) | (12) | 9 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 694 | 1 | (24) | (47) | 52 | 676 |
| Máquinas e equipamentos | 91 | - | - | (9) | 6 | 88 |
| Equipamentos de informática | 119 | 3 | 1 | (35) | 21 | 109 |
| Instalações | 94 | - | (2) | (13) | 9 | 88 |
| Móveis e utensílios | 132 | - | - | (11) | 13 | 134 |
| Veículos | 19 | - | (10) | (1) | - | 8 |
| Imobilizado em andamento | 4 | 117 | - | - | (83) | 38 |
| Outros | 28 | - | - | (7) | - | 21 |
| | 1.215 | 121 | (35) | (124) | 6 | 1.183 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 23 | - | - | (10) | - | 13 |
| | 1.238 | 121 | (35) | (134) | 6 | 1.196 |

- Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

| Controladora | | | | | | |
|--|------------------------|---------|--------|--------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2016 | Adições | Baixas | Depreciações | Transferências | Saldo em 31.12.2017 |
| Terrenos | 12 | - | - | - | - | 12 |
| Edifícios | 9 | - | - | - | - | 9 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 676 | - | (1) | (50) | 21 | 646 |
| Máquinas e equipamentos | 88 | - | (1) | (15) | (2) | 70 |
| Equipamentos de informática | 109 | - | (1) | (39) | 40 | 109 |
| Instalações | 88 | - | (3) | (13) | (5) | 67 |
| Móveis e utensílios | 134 | - | (1) | (16) | 27 | 144 |
| Veículos | 8 | - | (6) | (1) | - | 1 |
| Imobilizado em andamento | 38 | 156 | (1) | - | (75) | 118 |
| Outros | 21 | - | (1) | (7) | 2 | 15 |
| | 1.183 | 156 | (15) | (141) | 8 | 1.191 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 13 | - | - | (4) | - | 9 |
| | 1.196 | 156 | (15) | (145) | 8 | 1.200 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|---------------------|--------------------------|---------|---------------------|--------------------------|---------|
| | Saldo em 31.12.2017 | | | Saldo em 31.12.2016 | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Terrenos | 16 | - | 16 | 16 | - | 16 |
| Edifícios | 23 | (13) | 10 | 24 | (14) | 10 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 929 | (282) | 647 | 923 | (245) | 678 |
| Máquinas e equipamentos | 392 | (204) | 188 | 401 | (176) | 225 |
| Equipamentos de informática | 401 | (274) | 127 | 362 | (233) | 129 |
| Instalações | 164 | (80) | 84 | 194 | (89) | 105 |
| Móveis e utensílios | 257 | (104) | 153 | 207 | (63) | 144 |
| Veículos | 60 | (9) | 51 | 66 | (13) | 53 |
| Imobilizado em andamento | 118 | - | 118 | 43 | - | 43 |
| Outros | 44 | (24) | 20 | 39 | (18) | 21 |
| | 2.404 | (990) | 1.414 | 2.275 | (851) | 1.424 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 155 | (146) | 9 | 157 | (143) | 14 |
| | 2.559 | (1.136) | 1.423 | 2.432 | (994) | 1.438 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|------------------------|--|---------|--------|--------------|-----------------------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | Reorganização societária (nota 25) | Adições | Baixas | Depreciações | Transfe- rências (ii) |
| Terrenos | 16 | - | - | - | - | - |
| Edifícios | 23 | - | - | - | (1) | (12) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 694 | 1 | 1 | (25) | (54) | 61 |
| Máquinas e equipamentos | 198 | 52 | 1 | (3) | (13) | (10) |
| Equipamentos de informática | 120 | 24 | 2 | 1 | (40) | 22 |
| Instalações | 100 | 13 | 1 | (2) | (12) | 5 |
| Móveis e utensílios | 133 | 3 | - | - | (14) | 22 |
| Veículos | 63 | - | - | (9) | (1) | - |
| Imobilizado em andamento | 9 | - | 117 | (1) | - | (82) |
| Outros | 28 | - | - | - | (7) | - |
| | 1.384 | 93 | 122 | (39) | (142) | 6 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 23 | - | 1 | - | (10) | - |
| | 1.407 | 93 | 123 | (39) | (152) | 6 |

(ii) Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

| Consolidado | | | | | | |
|--|------------------------|---------|--------|--------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2016 | Adições | Baixas | Depreciações | Transferências | Saldo em 31.12.2017 |
| Terrenos | 16 | - | - | - | - | 16 |
| Edifícios | 10 | - | - | - | - | 10 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 678 | - | (1) | (50) | 20 | 647 |
| Máquinas e equipamentos | 225 | 2 | (2) | (35) | (2) | 188 |
| Equipamentos de informática | 129 | 6 | (1) | (47) | 40 | 127 |
| Instalações | 105 | 2 | (3) | (15) | (5) | 84 |
| Móveis e utensílios | 144 | - | (1) | (18) | 28 | 153 |
| Veículos | 53 | - | (6) | (1) | 5 | 51 |
| Imobilizado em andamento | 43 | 155 | (1) | - | (79) | 118 |
| Outros | 21 | 5 | (1) | (6) | 1 | 20 |
| | 1.424 | 170 | (16) | (172) | 8 | 1.414 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Equipamentos de informática | 14 | - | - | (5) | - | 9 |
| | 1.438 | 170 | (16) | (177) | 8 | 1.423 |

d) Classificação da depreciação na demonstração do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$44 referente à depreciação de seu imobilizado nas demonstrações financeiras individuais (R\$26 em 31 de dezembro de 2016) e R\$76 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$46 em 31 de dezembro de 2016).

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do triênio 2018-2020, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 8% para o quarto e quinto ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 13,2% a.a. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 4,5% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi registrada uma redução por *impairment* no montante de R\$2 (*nil* em 31 de dezembro de 2016) relacionada a 3 (três) lojas.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo o múltiplo para 25%, aumentando a taxa de desconto para 15,8% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise indicaria a necessidade de uma redução por *impairment* adicional no montante de R\$2 sobre o valor contábil.

11. Intangível

a) Política contábil

São compostos os ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

| Intangível | Vida útil média ponderada estimada em anos |
|---------------------|---|
| Fundo de comércio | 5 |
| Software e licenças | 6 |
| Direito contratual | 8 |
| Contrato vantajoso | 17 |

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

| Controladora | | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|---------|---------------------|-----------------------|---------|-----|
| Saldo em 31.12.2017 | | | Saldo em 31.12.2016 | | | |
| Custo | Amortização acumulada | Líquido | Custo | Amortização acumulada | Líquido | |
| Fundo de comércio (ii) | 67 | (65) | 2 | 70 | (66) | 4 |
| Direitos contratuais (iv) | 251 | (106) | 145 | 251 | (70) | 181 |
| Software e licenças | 353 | (124) | 229 | 254 | (105) | 149 |
| | 671 | (295) | 376 | 575 | (241) | 334 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Software | 126 | (57) | 69 | 113 | (44) | 69 |
| | 797 | (352) | 445 | 688 | (285) | 403 |

| Controladora | | | | |
|--|---------|--------|-------------|---------------------|
| Saldo em 31.12.2015 | Adições | Baixas | Amortização | Saldo em 31.12.2016 |
| Fundo de comércio (ii) | 7 | - | (3) | 4 |
| Direitos contratuais (iv) | 147 | 65 | (31) | 181 |
| Software e licenças | 138 | 27 | (14) | 149 |
| | 292 | 92 | (48) | 334 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | |
| Software | 81 | - | (12) | 69 |
| | 373 | 92 | (60) | 403 |

| Controladora | | | | | | |
|--|------------------------|------------|------------|-------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2016 | Adições | Baixas | Amortização | Transferências | Saldo em 31.12.2017 |
| Fundo de comércio (ii) | 4 | - | - | (2) | - | 2 |
| Direitos contratuais (iv) | 181 | - | - | (36) | - | 145 |
| Software e licenças | 149 | 112 | (5) | (19) | (8) | 229 |
| | 334 | 112 | (5) | (57) | (8) | 376 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Software | 69 | 13 | - | (13) | - | 69 |
| Total | 403 | 125 | (5) | (70) | (8) | 445 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|---------------------|--------------------------|---------|---------------------|--------------------------|---------|
| | Saldo em 31.12.2017 | | | Saldo em 31.12.2016 | | |
| | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Custo | Amortização acumulada | Líquido |
| Ágio (i) | 627 | - | 627 | 627 | - | 627 |
| Software e licenças | 554 | (240) | 314 | 491 | (198) | 293 |
| Direitos contratuais (iv) | 251 | (106) | 145 | 251 | (70) | 181 |
| Marcas e patentes (iii) | 46 | - | 46 | 46 | - | 46 |
| Contrato vantajoso (v) | 36 | (8) | 28 | 36 | (6) | 30 |
| Fundo de comércio (ii) | 67 | (65) | 2 | 70 | (66) | 4 |
| | 1.581 | (419) | 1.162 | 1.521 | (340) | 1.181 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Software | 133 | (62) | 71 | 121 | (45) | 76 |
| | 1.714 | (481) | 1.233 | 1.642 | (385) | 1.257 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|------------------------|--|---------|-------|-------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | Reorganização societária (Nota 25) | Adições | Baixa | Amortização | Saldo em 31.12.2016 |
| Ágio (i) | 627 | - | - | - | - | 627 |
| Software e licenças | 140 | 149 | 29 | (2) | (23) | 293 |
| Direitos contratuais (iv) | 147 | - | 65 | - | (31) | 181 |
| Marcas e patentes (iii) | 46 | - | - | - | - | 46 |
| Contrato vantajoso (v) | 32 | - | - | - | (2) | 30 |
| Fundo de comércio (ii) | 7 | - | - | - | (3) | 4 |
| | 999 | 149 | 94 | (2) | (59) | 1.181 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Software | 81 | 1 | 6 | - | (12) | 76 |
| | 1.080 | 150 | 100 | (2) | (71) | 1.257 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|------------------------|------------|------------|--------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2016 | Adições | Baixas | Amortização | Transferências | Saldo em 31.12.2017 |
| Ágio (i) | 627 | - | - | - | - | 627 |
| Software e licenças | 293 | 121 | (8) | (84) | (8) | 314 |
| Direitos contratuais (iv) | 181 | - | - | (36) | - | 145 |
| Marcas e patentes (iii) | 46 | - | - | - | - | 46 |
| Contrato vantajoso (v) | 30 | - | - | (2) | - | 28 |
| Fundo de comércio (ii) | 4 | - | - | (2) | - | 2 |
| | 1.181 | 121 | (8) | (124) | (8) | 1.162 |
| Arrendamento mercantil financeiro | | | | | | |
| Software | 76 | 13 | - | (18) | - | 71 |
| Total | 1.257 | 134 | (8) | (142) | (8) | 1.233 |

(i) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

(ii) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

(iii) Marcas e patentes

Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) Direitos contratuais

Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

Em 2016, a Companhia readquiriu os direitos de intermediação da venda de seguros nas lojas Ponto Frio de sua coligada FIC, pelo montante de R\$65, conforme descrito na nota explicativa nº 8(a). A vida útil é de 13 anos.

(v) Contrato vantajoso

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

d) Revisão da vida útil estimada

Em 2017 a Companhia procedeu com a revisão da vida útil estimada dos Intangíveis classificados como “softwares desenvolvidos internamente”, relacionados aos sites de comércio eletrônico, passando de 5 anos para 3 anos. Baseado nos ativos registrados em 1º de janeiro de 2017, a mudança dessa estimativa contábil impactou o resultado de 2017 em aproximadamente R\$11 de despesa. Para o ano de 2018 o impacto estimado é de R\$7 de despesa.

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa em que estes ativos intangíveis estavam vinculados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos a combinação de negócios de Bartira (ágio por aquisição de controlada, marca e contrato vantajoso), os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição de Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo.

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2018-2020, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 8% para o quarto e quinto ano e 5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 13,2% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo a taxa de crescimento em 20%, aumentando a taxa de desconto para 15,8% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise também não indicou a necessidade de constituição de provisão para realização desse ativo.

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

| | Taxa | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| CDCI (i) | 9,65% a.a. | 3.466 | 3.002 | 3.466 | 3.002 |
| Empréstimos em moeda estrangeira (ii) | 2,87% a.a. | - | 253 | 266 | 730 |
| Empréstimos moeda nacional (ii) | 9,29% a.a. | - | - | 317 | - |
| Arrendamento mercantil financeiro | 11,34% a.a. | 91 | 95 | 95 | 102 |
| Outros | | 50 | 77 | 55 | 105 |
| | | 3.607 | 3.427 | 4.199 | 3.939 |
| Circulante | | 3.214 | 3.028 | 3.802 | 3.532 |
| Não circulante | | 393 | 399 | 397 | 407 |

(i) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 5(b)(ii)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 9,65% a.a. (15,11% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Empréstimos em moeda estrangeira e moeda nacional

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis, bem como de operações em moeda nacional com taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de *swap* são contratadas com o mesmo conglomerado financeiro e moeda dos empréstimos correspondentes, e são registrados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

| | Controladora | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 3.259 | 3.259 |
| Fluxos de caixa de financiamento | | |
| Captações (i) | 4.291 | 4.365 |
| Amortizações (i) | (4.179) | (4.589) |
| Amortização da dívida Cnova N.V. (ii) | - | (541) |
| Amortizações de arrendamento | (12) | (12) |
| Liquidação de contratos de <i>swap</i> | 16 | 16 |
| Pagamento de juros (i) | (333) | (338) |
| Pagamento de juros de arrendamento | (11) | (11) |
| Pagamento de juros de <i>swap</i> | (28) | (28) |
| Variações que não envolvem caixa | | |
| Reorganização societária (nota 25) | - | 1.356 |
| Captações de arrendamento | - | 7 |
| Juros incorridos (i) | 385 | 407 |
| <i>Swap</i> | 129 | 128 |
| Variação cambial | (89) | (79) |
| Marcação a mercado | (1) | (1) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 3.427 | 3.939 |
| Fluxos de caixa de financiamento | | |
| Captações (iii) | 4.858 | 5.433 |
| Amortizações (iii) | (4.660) | (5.150) |
| Amortizações de arrendamento | (17) | (21) |
| Pagamento de juros (iii) | (372) | (429) |
| Pagamento de juros de arrendamento | (11) | (11) |
| Variações que não envolvem caixa | | |
| Captações de arrendamento | 13 | 13 |
| Juros incorridos (iii) | 378 | 430 |
| Variação cambial | (10) | (9) |
| Marcação a mercado | 1 | 4 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2017 | 3.607 | 4.199 |

- (i) Em 2016, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.291 de captações, R\$3.804 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$355 de juros incorridos.
- (ii) Com a reorganização societária, conforme nota explicativa n° 25, houve a obrigação de liquidar empréstimos de Cnova N.V. e Cnova Finança concedidos à Cnova Brasil em 2015. Os juros incorridos no exercício foram de R\$16 e o empréstimo foi liquidado em novembro de 2016.
- (iii) Em 2017, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.858 de captações, R\$4.380 de amortizações, R\$358 de pagamento de juros e R\$343 de juros incorridos.

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

| Ano | Controladora | Consolidado |
|--------------|---------------------|--------------------|
| 2019 | 340 | 341 |
| 2020 | 18 | 19 |
| 2021 | 17 | 18 |
| 2022 | 18 | 19 |
| Total | 393 | 397 |

13. Tributos a pagar

a) Política Contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a empresa precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| PIS e COFINS a pagar | - | 443 | - | 447 |
| ICMS a pagar | 121 | 115 | 135 | 136 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 100 | - | 106 | 1 |
| Parcelamento (d) | 30 | - | 30 | - |
| Outros | 35 | 17 | 37 | 24 |
| | 286 | 575 | 308 | 608 |
| Circulante | 243 | 573 | 265 | 600 |
| Não circulante | 43 | 2 | 43 | 8 |

c) Programa de Regularização Tributária ("PRT")

A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória ("MP") 766/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A MP permite que parte dos valores sejam liquidados através de prejuízo fiscal da Companhia e também de suas controladas. O valor total da adesão ao PRT foi de R\$111, composto por R\$107 de PIS e COFINS e R\$4 de um auto de infração relativo ao imposto de renda retido na fonte. A Companhia liquidou os débitos com a utilização de R\$84 de prejuízo fiscal de Cnova Brasil (vide nota explicativa nº 14(c)(ii)), R\$5 de prejuízo fiscal de Via Varejo e pagamento de R\$22.

Além da redução do saldo pelo PRT, a Companhia utilizou créditos de PIS e COFINS a recuperar, contabilizados na rubrica "Tributos a recuperar", no montante de R\$234 para liquidar os valores de PIS e COFINS a recolher, bem como efetuou a reclassificação de R\$74, objeto de autuação fiscal em exercícios anteriores, para a rubrica de "Provisão para demandas judiciais".

d) Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT")

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela MP 783/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor total da adesão foi de R\$42, composto basicamente de processos relativos a PIS e COFINS e imposto de renda. A Companhia liquidou 20% da dívida e o remanescente do saldo devedor será pago em 145 meses a partir de janeiro de 2018.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política Contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Lucro (prejuízo) antes da tributação | 369 | (47) | 277 | (63) |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34% | (125) | 16 | (94) | 21 |
| Equivalência patrimonial | (74) | (62) | 9 | (64) |
| Benefício fiscal de JCP | 12 | - | 9 | - |
| Doações (Lei Rouanet / FUMCAD / Incentivo ao esporte) | 5 | 1 | 5 | 1 |
| Ativo fiscal diferido não reconhecido (i) | - | - | (83) | 20 |
| PRT - reconhecimento de prejuízo fiscal (ii) | - | - | 84 | - |
| Outras diferenças permanentes | 8 | (3) | (12) | (10) |
| Imposto de renda e contribuição social efetivos | <u>(174)</u> | <u>(48)</u> | <u>(82)</u> | <u>(32)</u> |
| Corrente | (318) | (54) | (325) | (55) |
| Diferido | 144 | 6 | 243 | 23 |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social | <u>(174)</u> | <u>(48)</u> | <u>(82)</u> | <u>(32)</u> |

(i) A controlada Cnova Brasil não reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2017 os saldos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes ao prejuízo fiscal e diferenças temporárias dedutíveis representam o montante de R\$379 e R\$61, respectivamente.

(ii) De acordo com MP 766/2017, o PRT permite utilização de prejuízo fiscal das controladas como parte da liquidação de tributos federais. A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, utilizou créditos de prejuízo fiscal de anos anteriores no valor de R\$84, e este saldo foi transferido de Cnova Brasil para Via Varejo sem custo financeiro. Mais informações vide nota explicativa nº 13(c).

d) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Prejuízos fiscais e base negativa | - | 10 | 61 | 45 |
| Provisão para demandas judiciais | 298 | 166 | 301 | 170 |
| Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa | 136 | 111 | 136 | 111 |
| Provisão para despesas correntes | 50 | 49 | 53 | 53 |
| Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque | 30 | 25 | 30 | 30 |
| Outros | 19 | 14 | 19 | 16 |
| Total ativo fiscal diferido | 533 | 375 | 600 | 425 |
| Depreciação e amortização de imobilizado e intangível | (106) | (87) | (125) | (98) |
| PPA Bartira | - | - | (35) | (40) |
| Outros | - | - | (6) | (6) |
| Total passivo fiscal diferido | (106) | (87) | (166) | (144) |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados no balanço patrimonial líquidos por entidade contribuinte, sendo um ativo diferido de R\$427 e R\$439 na controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2017 (R\$288 e R\$295 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), e um passivo diferido R\$5 consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R\$14 consolidado em 31 de dezembro de 2016).

e) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

| Em 31 de dezembro de 2017 | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------|---------------------|--------------------|
| 2018 | 325 | 336 |
| 2019 | 105 | 112 |
| 2020 | 101 | 108 |
| 2021 | 1 | 8 |
| 2022 | 1 | 9 |
| 2023 em diante | - | 27 |
| | 533 | 600 |

15. Provisão para demandas judiciais

a) Política Contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculados com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas em caso de pagamento.

c) Saldos e movimentação

| Controladora | | | | |
|--|-----------------|-------------------------------------|-----------------------|-------|
| | Tributárias (i) | Previdenciárias e trabalhistas (ii) | Cíveis e outros (iii) | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 29 | 382 | 112 | 523 |
| Adições | 96 | 505 | 148 | 749 |
| Pagamentos | (29) | (217) | (81) | (327) |
| Reversões | (1) | (103) | (65) | (169) |
| Atualização monetária | 5 | 47 | 16 | 68 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 100 | 614 | 130 | 844 |
| Adições | 114 | 690 | 120 | 924 |
| Pagamentos | (33) | (254) | (50) | (337) |
| Parcelamento | (42) | - | - | (42) |
| Reversões | (32) | (185) | (88) | (305) |
| Atualização monetária | 5 | 70 | 15 | 90 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 112 | 935 | 127 | 1.174 |

| Consolidado | | | | |
|--|-----------------|-------------------------------------|-----------------------|-------|
| | Tributárias (i) | Previdenciárias e trabalhistas (ii) | Cíveis e outros (iii) | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 40 | 400 | 114 | 554 |
| Reorganização societária (nota 26) | - | 2 | 33 | 35 |
| Adições | 96 | 531 | 161 | 788 |
| Pagamentos | (29) | (224) | (88) | (341) |
| Reversões | (12) | (119) | (72) | (203) |
| Atualização monetária | 5 | 49 | 19 | 73 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 100 | 639 | 167 | 906 |
| Adições | 114 | 704 | 208 | 1.026 |
| Pagamentos | (33) | (261) | (78) | (372) |
| Parcelamento | (42) | - | - | (42) |
| Reversões | (32) | (204) | (143) | (379) |
| Atualização monetária | 5 | 74 | 21 | 100 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 112 | 952 | 175 | 1.239 |

(i) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$110 com base na avaliação dos advogados externos e corroborada pela Administração. Este montante inclui o valor de R\$74 descrito na nota explicativa nº 13(c) acrescido de R\$34 de multa por autuação fiscal.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$952 (R\$639 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia possui 43.613 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2017 (30.970 em 31 de dezembro de 2016). A provisão sobre contingências trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da provisão era de R\$64 (R\$72 em 31 de dezembro de 2016).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 63.332 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2017 (52.739 em 31 de dezembro de 2016). A provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa provisão era de R\$111 (R\$95 em 31 de dezembro de 2016).

d) Passivos contingentes

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando R\$1.645 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.487 em 31 de dezembro de 2016), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória; (ii) autuação fiscal em decorrência da exclusão de valores considerados pela Receita Federal como receitas tributáveis e do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS não cumulativos referente a bonificações recebidas de fornecedores e taxa de administração de cartão. O montante envolvido nos referidos processos era de aproximadamente R\$504 em 31 de dezembro de 2017 (R\$485 em 31 de dezembro de 2016).
- ICMS, ISS e taxas: autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (i) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (ii) descumprimento de obrigações acessórias; (iii) decorrentes da comercialização de garantia estendida e (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações era de aproximadamente R\$883 em 31 de dezembro de 2017 (R\$690 em 31 de dezembro de 2016).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$85 de IRPJ e CSLL (R\$79 em 31 de dezembro de 2016).

e) Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes aos pendentes das decisões legais finais. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Previdenciárias e trabalhistas | 858 | 555 | 874 | 566 |
| Tributárias | 31 | 26 | 33 | 28 |
| Cíveis e outros | 30 | 18 | 34 | 21 |
| | <u>919</u> | <u>599</u> | <u>941</u> | <u>615</u> |

f) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

| Ações | Imóveis | Carta de fiança | Total |
|-------------------------------|-----------|-----------------|--------------|
| Tributárias | 17 | 1.571 | 1.588 |
| Cíveis e outras | 4 | 191 | 195 |
| Previdenciária e trabalhistas | 2 | 81 | 83 |
| | <u>23</u> | <u>1.843</u> | <u>1.866</u> |

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,76% e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

16. Operações de arrendamento mercantil

a) Política Contábil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

b) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de arrendamento operacional mantidos pela Companhia são avaliados periodicamente quanto a sua possibilidade de cancelamento, classificando-os em contratos "canceláveis" e "não canceláveis".

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Menos de 1 ano | 67 | 61 | 67 | 69 |
| De 1 a 5 anos | 268 | 243 | 268 | 248 |
| Mais de 5 anos | 315 | 349 | 315 | 349 |
| | <u>650</u> | <u>653</u> | <u>650</u> | <u>666</u> |

Os contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os valores dos contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento operacional que, na avaliação da Administração da Companhia, são considerados como canceláveis cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Pagamentos mínimos na rescisão | <u>440</u> | <u>454</u> | <u>462</u> | <u>473</u> |

(iii) Despesas com aluguéis

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício | 62 | 45 | 62 | 45 |
| Pagamentos não contingentes | 701 | 708 | 749 | 721 |

c) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática e *software* estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Passivo de arrendamento mercantil financeiro | | | | |
| Menos de 1 ano | 27 | 23 | 31 | 27 |
| De 1 a 5 anos | 88 | 85 | 88 | 89 |
| Mais de 5 anos | - | 18 | - | 18 |
| Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro | <u>115</u> | <u>126</u> | <u>119</u> | <u>134</u> |
| Encargos futuros de financiamento | <u>(24)</u> | <u>(31)</u> | <u>(24)</u> | <u>(32)</u> |
| Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro | <u>91</u> | <u>95</u> | <u>95</u> | <u>102</u> |

17. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Garantias complementares ou estendidas (i) | 556 | 653 | 556 | 653 |
| Operação de cartões e correspondente bancário (ii) | 455 | 584 | 509 | 646 |
| Seguros e serviços (iii) | 256 | 310 | 275 | 329 |
| Direitos outorgados | 29 | 30 | 29 | 30 |
| Outros | 4 | 4 | 5 | 4 |
| | 1.300 | 1.581 | 1.374 | 1.662 |
| Circulante | 354 | 323 | 368 | 336 |
| Não circulante | 946 | 1.258 | 1.006 | 1.326 |

(i) Garantias complementares ou estendidas

Corresponde ao contrato celebrado em 2014 com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Zurich") para a intermediação de venda de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio com vigência até 2020.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" e; disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remunerações adicionais, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 serão realizadas conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

(iii) Seguros e serviços

Em 16 de dezembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a Zurich para a distribuição de seguros de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$254 para Via Varejo e R\$16 para Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Em 9 de novembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de comercialização de serviços de multiassistência a serem intermediados pela Tempo USS com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$57 para a Via Varejo e R\$3 para a Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

| Ano | Controladora | Consolidado |
|----------------|--------------|--------------|
| 2019 | 345 | 357 |
| 2020 | 276 | 288 |
| 2021 | 115 | 126 |
| 2022 | 102 | 113 |
| 2023 em diante | 108 | 122 |
| Total | 946 | 1.006 |

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2.896 e estava representado por 1.291.968 milhares de ações, sendo 656.230 milhares de ações ordinárias e 635.738 milhares de ações preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal.

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 houve o aumento de capital da Companhia devido ao exercício de planos de opções de ações, como segue:

| Data do aumento de capital | Saldo em Reais | Quantidade de ações ordinárias | Quantidade de ações preferenciais | Quantidade total de units |
|----------------------------|----------------|--------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| 23/02/2016 | 15 | 1.452 | 2.904 | 1.452 |
| 06/05/2016 | 105 | 10.472 | 20.944 | 10.472 |
| 14/12/2016 | 74.044 | 56.946 | 113.892 | 56.946 |
| 22/02/2017 | 44.211 | 23.783 | 47.566 | 23.783 |
| 21/03/2017 | 13 | 1.322 | 2.644 | 1.322 |
| 31/05/2017 | 23.021 | 9.096 | 18.192 | 9.096 |
| 24/07/2017 | 1.603 | 160.315 | 320.630 | 160.315 |
| 27/09/2017 | 93.447 | 35.768 | 71.536 | 35.768 |
| 25/10/2017 | 34.875 | 36.150 | 72.300 | 36.150 |
| 12/12/2017 | 104.127 | 25.527 | 51.054 | 25.527 |

O detalhamento do exercício das opções de ações consta no item (e) desta nota explicativa.

b) Transações de capital

Nesta conta são registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum com o controlador GPA, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

Em 2016, em virtude da Reorganização Societária pela qual Cnova Brasil passou a ser controlada integral da Via Varejo, foi registrado nessa rubrica o valor de R\$1.355 relativo ao reconhecimento do valor contábil do acervo líquido recebido de Cnova Brasil e R\$47 relativo ao pagamento realizado em favor da Cnova N.V., conforme descrito na nota 25.

c) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

d) Reservas de Lucros

(i) Orçamento de capital

Em 2013, a Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, pelo ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$158, conforme mensuração inicial. Para essa operação foi constituída reserva de orçamento de capital. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas.

(ii) Investimentos

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.
- Reforço de capital de giro.
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

e) Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia mantém programas de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

(i) Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

(ii) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

A Companhia mantém programas de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014. As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme os termos dos programas, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, visto que o beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, utilizar tais ações para a formação de *units* da Companhia.

As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o respectivo período de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de restrição para venda das *units* adquiridas no exercício da opção.

O programa de remuneração outorgado em 2014 teve seu período de carência completado em 30 de maio de 2017. Até 12 de dezembro de 2017 as opções foram prescritas, expiradas ou exercidas das séries A1, A2, B1 e B2 deste plano.

Para os planos de remuneração outorgados em 2015 e 2016 não houve quaisquer opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 que não sejam através de rescisão de administradores e empregados.

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

| | Data da outorga | Término da carência | Valor de Exercício (em reais) | Quantidade de opções em vigor em 31.12.2016 | Opções prescritas e expiradas | Opções Exercidas | Quantidade de opções em vigor em 31.12.2017 |
|---------|-----------------|---------------------|-------------------------------|---|-------------------------------|------------------|---|
| A1 e A2 | 30/05/2014 | 30/05/2017 | R\$19,98 | 289.037 | (289.037) | - | - |
| B1 e B2 | 30/05/2014 | 30/05/2017 | R\$0,01 | 289.151 | (126.787) | (162.364) | - |
| A3 | 29/05/2015 | 29/05/2018 | R\$15,00 | 527.308 | (184.506) | - | 342.802 |
| B3 | 29/05/2015 | 29/05/2018 | R\$0,01 | 527.308 | (157.016) | (27.490) | 342.802 |
| A4 | 31/05/2016 | 31/05/2019 | R\$5,28 | 2.124.488 | (293.425) | (56.618) | 1.774.445 |
| B4 | 31/05/2016 | 31/05/2019 | R\$0,01 | 2.124.488 | (304.554) | (45.489) | 1.774.445 |
| C1 | 31/10/2016 | 20/11/2018 | R\$0,01 | 62.696 | - | - | 62.696 |

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$23 (R\$11 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

(iii) Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (*Phantom Stock Options*)

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle.

Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada *Phantom Share* equivale a uma *unit* e representa uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo.

Em agosto de 2017 foram outorgadas 1.632.851 *units* com período de carência ("*vesting*") de três anos. Decorrido o período de *vesting* e verificado o cumprimento da condição de serviço, o beneficiário receberá o prêmio no mês subsequente à data de apuração.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$4 (*nil* em 31 de dezembro de 2016). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$4 (*nil* no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

f) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras

(i) Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) Dividendos propostos

| | 31.12.2017 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 195 |
| Constituição de reserva legal (5%) | (10) |
| Base de cálculo | 185 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 46 |
| JCP pago no exercício (*) | 35 |
| IRRF sobre JCP | (4) |
| Dividendos propostos | 15 |
| Total de dividendos e JCP líquido de IRRF | 46 |

(*) Em 12 de dezembro de 2017 foi deliberada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$35 (R\$31, líquido de IRRF) referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017, o qual foi pago em 28 de dezembro de 2017.

Não houve distribuição de dividendos relativo ao exercício de 2016, pois a Companhia não apurou lucro no exercício.

19. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas derivadas da operação da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. É prática da Companhia não aceitar devoluções imotivadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada para a controlada Cnova Brasil através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Mercadorias | 20.884 | 19.039 | 26.368 | 20.055 |
| Serviços | 1.487 | 1.392 | 1.849 | 1.455 |
| Financeira operacional | 1.650 | 1.421 | 1.650 | 1.421 |
| Devoluções e cancelamento de vendas | (558) | (617) | (745) | (638) |
| | 23.463 | 21.235 | 29.122 | 22.293 |
| Tributos | (2.357) | (2.356) | (3.432) | (2.474) |
| | 21.106 | 18.879 | 25.690 | 19.819 |

20. Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Custo com estoques vendidos | 13.067 | 11.423 | 16.396 | 11.932 |
| Despesas com pessoal | 2.662 | 2.573 | 2.961 | 2.702 |
| Despesa com serviços de terceiros | 1.318 | 1.511 | 1.881 | 1.635 |
| Despesas com ocupação | 809 | 813 | 862 | 826 |
| Despesas com frete | 486 | 424 | 745 | 476 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | 609 | 556 | 717 | 573 |
| Despesas com demandas judiciais trabalhistas | 484 | 309 | 475 | 322 |
| Outros | 102 | 69 | 176 | 91 |
| | <u>19.537</u> | <u>17.678</u> | <u>24.213</u> | <u>18.557</u> |
| Custo de mercadorias e serviços vendidos | 13.923 | 12.442 | 17.510 | 13.113 |
| Despesas com vendas | 4.907 | 4.648 | 5.848 | 4.814 |
| Despesas gerais e administrativas | 707 | 588 | 855 | 630 |
| | <u>19.537</u> | <u>17.678</u> | <u>24.213</u> | <u>18.557</u> |

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Termo de Acordo com partes relacionadas (nota explicativa nº8 (f)) | (77) | - | (97) | - |
| Despesas com reestruturação (i) | (60) | (127) | (66) | (116) |
| Despesas com regularização de débitos fiscais (ii) | (51) | (34) | (51) | (34) |
| Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível | (5) | (22) | (1) | (24) |
| Resultado - Lojas CADE (iii) | - | (6) | - | (6) |
| Outras | (1) | (5) | (3) | (5) |
| | <u>(194)</u> | <u>(194)</u> | <u>(218)</u> | <u>(185)</u> |

- (i) Em 2017 e 2016, foram implementadas medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas. Nessa linha estão registrados, principalmente os gastos com rescisão trabalhista, fechamento de lojas e readequação logística.
- (ii) Em 2017 o valor é substancialmente composto por R\$34 referente a provisão de multa de contingências tributárias e; pagamento de R\$13 devido a multa do PRT (vide nota explicativa nº 13(c)). Em 2016 o valor é composto por programas de incentivos fiscais para regularização de débitos tributários junto a governos estaduais e municipais.
- (iii) Resultado reconhecido em 2016 referente a baixa de ativos relacionados ao processo de cumprimento do Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") celebrado com o CADE no valor de R\$2 e a multa pelo fechamento das últimas 8 lojas no valor de R\$4.

22. Resultado financeiro, líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2017 | 31.12.2016 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Custo da dívida | (374) | (425) | (426) | (474) |
| Custo com venda e desconto de recebíveis | (306) | (351) | (404) | (351) |
| Atualizações passivas | (115) | (118) | (135) | (125) |
| Outras despesas financeiras | (69) | (70) | (75) | (106) |
| Total de despesas financeiras | (864) | (964) | (1.040) | (1.056) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa | 44 | 110 | 52 | 115 |
| Atualizações ativas | 180 | 126 | 181 | 131 |
| Antecipação a fornecedores | 24 | 22 | 34 | 24 |
| Outras receitas financeiras | - | 1 | 8 | 10 |
| Total de receitas financeiras | 248 | 259 | 275 | 280 |
| Resultado financeiro, líquido | (616) | (705) | (765) | (776) |

23. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado.

| | 31.12.2017 | | | 31.12.2016 | | |
|---|------------|---------------|-----------|------------|---------------|-----------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador básico | | | | | | |
| Dividendos propostos | 8 | 7 | 15 | - | - | - |
| Distribuição de JCP | 18 | 17 | 35 | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído | 74 | 71 | 145 | (48) | (47) | (95) |
| Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferencialistas | 100 | 95 | 195 | (48) | (47) | (95) |
| Denominador básico (em milhares de ações) | | | | | | |
| Média ponderada da quantidade de ações | 656.053 | 635.382 | 1.291.435 | 655.880 | 635.038 | 1.290.918 |
| Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$) | 0,15109 | 0,15109 | | (0,07354) | (0,07354) | |
| Denominador diluído (em milhares de ações) | | | | | | |
| Opções de compra de ações | 3.914 | 7.829 | 11.743 | - | - | - |
| Média ponderada das quantidades de ações | 656.053 | 635.382 | 1.291.435 | 655.880 | 635.038 | 1.290.918 |
| Média ponderada diluída das ações | 659.967 | 643.211 | 1.303.179 | 655.880 | 635.038 | 1.290.918 |
| Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$) | 0,15019 | 0,14925 | | (0,07354) | (0,07354) | |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compras de ações não tem efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

24. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio e que acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2017 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

| <u>Bens segurados</u> | <u>Riscos cobertos</u> | <u>Montante da cobertura</u> |
|-------------------------|------------------------|------------------------------|
| Imobilizado e estoques | Lucros nomeados | 10.298 |
| Lucro | Lucros cessantes | 5.176 |
| Automóveis e outros (*) | Perdas e danos | 245 |

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$301.

25. Reorganização societária

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante ("MoU") com sua associada Cnova N.V. sobre uma possível reorganização envolvendo a Cnova Brasil com a Companhia.

As companhias envolvidas na reorganização (Via Varejo, CBD e Cnova N.V.) constituíram Comitês Especiais e independentes entre si para avaliar e negociar os termos da reorganização.

O Comitê Especial da Via Varejo apresentou suas recomendações ao Conselho de Administração em 8 de agosto de 2016, que aprovou o Acordo de Reorganização e o submeteu à Assembleia de Acionistas da Companhia. Nesta reunião foram apresentados estudos econômicos que demonstravam os valores justos das companhias envolvidas na transação.

O Acordo de Reorganização foi aprovado pela Administração considerando o mérito operacional e estratégico da nova estrutura, o aproveitamento de sinergias e o potencial para criação de valor para a Companhia e acionistas. A Via Varejo e a Cnova Brasil já atuavam em mercados semelhantes e com as mesmas marcas âncoras, sendo Via Varejo através de lojas físicas e Cnova Brasil através do comércio eletrônico.

Em 12 de setembro de 2016, a reorganização societária foi aprovada em assembleia de acionistas da Via Varejo e em 27 de outubro de 2016 houve aprovação da assembleia de acionistas da Cnova N.V. A partir desta data foi implementada a reorganização societária das companhias, passando assim, a Via Varejo, a comandar as atividades de comércio eletrônico das bandeiras "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Extra", "Barateiro" e "Partiu Viagens", dando início à captura das sinergias esperadas em decorrência da integração.

Em 31 de outubro de 2016, a Reorganização foi implementada de forma a não gerar qualquer diluição da participação dos acionistas da Via Varejo através da constituição de uma subsidiária integral da Companhia denominada VVPart que recebeu a participação total da Via Varejo em Cnova N.V. no valor credor de R\$371 (equivalente a 21,93% do capital social de Cnova N.V.) mais um aporte de capital social em dinheiro de R\$392.

Em seguida, ocorreu a troca de ações, com a Cnova N.V. entregando a totalidade das ações de Cnova Brasil para VVPart, enquanto VVPart entregou para Cnova N.V. sua participação de 21,93% em Cnova N.V. adicionado do montante de R\$ 21. Desta forma, Via Varejo passou a ser o controlador integral de Cnova Brasil e não retendo nenhuma participação em Cnova N.V.

Logo após a troca de ações, VVPart foi incorporada pela Cnova Brasil. Com a incorporação, o investimento negativo que VVPart possuía em Cnova Brasil foi eliminado contra o Patrimônio Líquido da própria Cnova Brasil.

O acordo de reorganização societária previa a avaliação do patrimônio de Cnova Brasil na data do fechamento da operação. Em 31 de outubro de 2016 foi apurado, conforme os termos do acordo, um ajuste de preço totalizando R\$26, pagos em 30 de dezembro de 2016 e registrado na conta de Transações de capital no Patrimônio Líquido.

Com a troca de controle da Cnova Brasil, houve a necessidade de liquidação de contratos de empréstimo existentes entre Cnova Brasil e Cnova N.V. no montante de R\$541, ocorrido em 8 de novembro de 2016.

Todos os registros foram realizados à valores contábeis, não havendo nenhum montante de valor justo, ágio ou mais valia de ativos registrado em quaisquer empresas envolvidas na transação. O entendimento da Companhia é de que transações de reorganização societária devem ser registradas utilizando os valores contábeis de ambas as empresas envolvidas na transação, bem como os pagamentos realizados para outras empresas do grupo econômico são registradas como transações do patrimônio líquido, e não afetam o resultado do exercício.

Na Via Varejo foi necessário realizar o reconhecimento do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil após as trocas de ações e incorporação citadas anteriormente. Após a incorporação do patrimônio de VVPart, o valor do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil era de R\$1.376, incluindo aí o pagamento de R\$21 já descrito anteriormente, que foram integralmente reconhecidos na conta Transações de capital no Patrimônio de Via Varejo.

Os valores dos ativos e passivos de Cnova Brasil em 31 de outubro de 2016, conforme os registros contábeis, eram os seguintes:

| | 31.10.2016 |
|------------------------------------|-------------------|
| Ativo | |
| Caixa e equivalentes de caixa (*) | 435 |
| Contas a receber | 204 |
| Estoques | 612 |
| Outros ativos | 432 |
| Imobilizado | 93 |
| Intangível | 150 |
| Ativos adquiridos | 1.926 |
| Passivo | |
| Empréstimos e financiamentos | (1.356) |
| Fornecedores | (1.165) |
| Partes relacionadas | (320) |
| Outros passivos circulantes | (405) |
| Provisão para demandas judiciais | (35) |
| Passivos assumidos | (3.281) |
| Patrimônio líquido assumido | 1.355 |

(*) Via Varejo realizou um aporte de R\$392 em VVPart, incorporada subsequentemente por Cnova Brasil. Desta forma a contribuição de caixa de Cnova Brasil na consolidação com Via Varejo foi de R\$43.

Segue resumo dos pagamentos realizados para Cnova N.V. em face da reorganização societária e reconhecidos no patrimônio líquido de Via Varejo como Transações de capital:

| | |
|---|-----------|
| Pagamento para Cnova N.V. em outubro/2016 | 21 |
| Pagamento para Cnova N.V. em dezembro/2016 | 26 |
| Pagamento total realizado para Cnova N.V. para a reorganização societária | <u>47</u> |

26. Informações sobre os segmentos

Até 2015 a Companhia atuava e reportava suas informações através de um único segmento definido como lojas físicas (“*offline*”). A reorganização societária ocorrida em 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que resultou na integração dos negócios de comércio eletrônico (“*online*”) e lojas físicas foi realizada visando a implementação de uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

Pelas características similares de ambos os negócios *online* e *offline*, onde as receitas e os negócios explorados são significativamente semelhantes, a Administração considerou apenas um único segmento operacional reportável.

O principal tomador de decisões é o CEO da Via Varejo, e são avaliadas as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma *online* de forma segmentada, porém toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de integração, atuando de forma unificada a partir da reorganização societária.

Adicionalmente, divulgamos abaixo as receitas líquidas totais obtidas de ambos os canais de venda:

| | Consolidado | |
|----------------|--------------------|-------------|
| | 2017 | 2016 |
| <i>Offline</i> | 20.841 | 18.831 |
| <i>Online</i> | 4.849 | 988 |
| | 25.690 | 19.819 |